

ESCOLAS & MEMÓRIAS
APRESENTAÇÃO E CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO
SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 12-25 DE JUNHO DE 1998¹

JOÃO CARLOS PAULO²
Universidade do Minho

Agora que vos vi e relembro
vejo em vós o que então disse, que direi?
Outras as folhas, mais nodosos troncos,
mais como arqueadas garras as raízes,
e as nódoas mais sombrias e musgosas
no vosso corpo que mais alto estaca.
Mas que mudais e já não sois as mesmas
sendo que o sois como o tão são as árvores.

Jorge de Sena, "Os Plátanos Revisitados" (1958)

Ora atenta à narração da vida e obra de "grandes pedagogos" ou de "instituições educativas de referência", ora atenta à constituição de uma ciência de "factos objectivos e estruturais", a História da Educação esquece com frequência as *peçoas, as imagens, os objectos...* Quase sempre sustentando o seu discurso em provas documentais "credíveis" (quer dizer escritas), remete portanto para a categoria de curiosidade boa parte do arquivo histórico da educação ou para o catálogo de "provas romanceadas e pouco exactas" as *memórias vivas* de conceber as práticas pedagógicas.

Sabemos por isso o que pensam sobre educação Rousseau, Dewey ou Freinet. Contudo, ignoramos as vidas e ideias daqueles que, de um ou de outro modo, se esforçam ao longo dos últimos séculos por concretizar as propostas desses e doutros autores pedagógicos. Sabemos ainda como se constituem certos colégios, escolas e universidades, quais os seus regulamentos ou como evoluem tais instituições em determinados períodos. Desconhecemos porém os modos como professores e estudantes vivem o quotidiano destas instituições, como

acatam ou desrespeitam procedimentos disciplinares, como gerem, enfim, as potenciais contradições entre lógicas institucionais e experiências individuais e colectivas. Aceitamos, quase sempre como (mais) fidedigno, o estudo do "especialista" ou o relatório escrito de um qualquer inspector escolar, por exemplo, para entender as razões que levam determinada comunidade a não mandar os filhos à escola. Todavia, ignoramos qual a memória que os analfabetos ainda vivos guardam da sua educação não-escolar e da não-frequência da escola. Analisamos estatísticas, relatórios, ensaios, legislação, jornais e revistas... Não obstante, dificilmente esgotamos potenciais fontes de informação como os manuais escolares, as "fotografias de classe" ou as plantas e os mapas dos edifícios escolares, manifestando apenas uma certa nostalgia por curiosidades relativas ao mobiliário ou ao vestuário escolares, aos materiais didácticos dos laboratórios, etc.

Reconduzir as *pessoas, as imagens e os objectos* para o centro da análise histórica e reconhecer a *memória social da educação* como objecto de estudo constituem duas das perspectivas relativamente recentes no território dos historiadores. Trata-se, na verdade, de campos de estudos potencialmente inovadores, mas também de áreas propícias a equívocos e armadilhas teóricas e metodológicas. Reconstituir as memórias dessas experiências não tem por pressuposto qualquer visão nostálgica do passado, nem por método um encadeado de objectos, factos e narrativas em amálgama. As imagens armazenadas na memória que cada um de nós guarda do passado, embora variável no espaço e no tempo, têm um papel importante no presente e na reconstrução que fazemos do passado. Aplicam-se por isso aos materiais da exposição *Escolas & Memórias* as palavras de Jan Vansina a propósito das fontes orais. Estas imagens e materiais diversos são efectivamente "*mensagens do passado para o presente, sendo as mensagens elementos chave para a reconstrução histórica*".

A exposição *Escolas & Memórias*, ainda que de modo circunscrito, pretende mostrar parte das mensagens do passado de algumas escolas, através dos materiais de algum modo preservados pelo esforço zeloso de memórias pessoais e institucionais. Mais do que a qualquer lógica sistemática ou narrativa, a selecção e organização dos materiais expostos obedece a critérios análogos aos provocados pelo exercício da busca de fragmentos, nos labirintos da memória, de várias experiências na escola e na educação. Entre o nacional e o local, entre o geral e o particular, entre o escrito e o visual, recordam-se aqui: "grandes instituições" de âmbito nacional como os liceus, mas também "pequenas escolas" como a do Torne; iniciativas e experiências de promoção educativa e escolar desenvolvidas por esforços colectivos, como o protagonizado pela Sociedade Martins Sarmento, mas também identificados com a figura individual de um fundador, como é o caso da Escola Raul Dória; materiais que povoam e preenchem o quotidiano de professores e alunos, como os manuais escolares e as carteiras, a par com as imagens gráficas da arquitectura escolar ou dos livros burocráticos de registo e arquivo.

Memória fragmentada...? certamente! Mas fragmentos relativamente aos quais apetece parafrasear Jorge de Sena, para agora afirmar: Agora que vos vi e

relembrando vejo em vós o que então disse, que direi? Mas que mudais e já não sois as mesmas, sendo que o sois como o tão são as escolas.

Manuais Escolares

(Espólio da Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia)

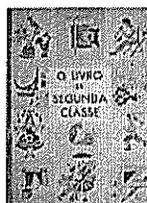
Ainda que sob a capa de utensílios didáctico-pedagógicos, os manuais escolares são essencialmente bens culturais produzidos por grupos sociais que, através deles, procuram perpetuar identidades, valores e tradições. Identificados como portadores do "saber escolar legítimo", são ao mesmo tempo instrumentos didácticos de educação, funcionando ainda como meios de transmissão e uniformização cultural. Instrumentos destinados a apoiar o professor, mas também projectados para de algum modo controlar a actividade pedagógica dos mestres. Instrumentos do quotidiano de qualquer estudante, permitem-lhe ensinamentos de história, de línguas, de matemática... mas fornecem outrossim regras de conduta, onde se incluem os valores morais, cívicos e patrióticos que supostamente devem fornecer o modelo de comportamento e de conhecimento aos seus leitores.

Nesta pequena mostra de manuais que aqui se apresenta (veja-se igualmente a secção da exposição relativa à Sociedade Martins Sarmiento), privilegia-se a diversidade temática e temporal. Tratados, gramáticas, tabuadas, livros de aprendizagem da leitura através de diversos métodos, cadernos de exercícios, resumos, "leituras populares", adaptações escolares de obras literárias, bem como os comuns "compêndios de..." dão nota ilustrativa da riqueza e pluralidade de uma das fontes mais importantes para os historiadores que tratam os problemas da educação escolar.

1. *Tratado completo de cosmografia e geografia histórica, física e comercial antiga e moderna*/J.P.C. Casado. Giraldes. Lisboa: Tipografia de Firmin Didot, 1825.
2. *Compêndio de gramática de língua grega para uso das escolas do reino*/António Inácio Coelho de Moraes. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1833.
3. *Explicação da tabuada*/J.C. de Melo. Porto: Tip. da Revista, 1861.
4. *Catálogo de palavras e contos para os primetros exercíctos de leitura pelo método português Castilho*. Porto: Imprensa Popular de J.L. de Sousa, 1865.



22. *Curso de electricidade prática*/Rogério de Castro e Silva. 3ª ed. Lisboa: Editorial de Marinha, 1945.
23. *Sumário de História de Portugal*/Tomás de Barros. 24ª ed. Porto: Editora Educação Nacional, 1948.
24. *Livro de leitura da 3ª classe: ensino primário elementar*/Ministério da Educação Nacional. 1ª ed. Porto: Livraria Figueirinhas, 1951.
25. *Compêndio de zoologia (2º ciclo liceal)*/Augusto C. G. Soeiro. 2ª ed. Porto: Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira Editor, 1951.
26. *Manual de ginástica infantil (1 parte)*/Cap. Alberto Feliciano Marques Pereira, Lisboa: s.n., 1951.
27. *Alma portuguesa: selecta literária 2º ciclo liceal (anos 4º e 5º)*/Domingos Romão Pechincha, José Nunes de Figueiredo. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1952.
28. *Noções elementares de química (3º, 4º e 5º anos)*/A. A. Riley da Mota, Rómulo de Carvalho. Lisboa: Livraria Studium Editora, 1953.
29. *O livro da segunda classe: ensino primário elementar*/Ministério da Educação Nacional. 6ª ed. Porto: Editora Educação Nacional, 1958.
30. *Lições elementares de física experimental para as escolas preparatórias, industriais e comerciais*/E. F. dos Santos Silva, Álvaro R. Machado. Braga: Livraria Cruz, [19...].
31. *Leituras portuguesas ilustradas e anotadas para as três primeiras classes (ensino secundário)*/Júlio Brandão. Porto: Tipografia Mendonça, [19...].
32. *Gramática portuguesa elementar: destinada ao 2º ciclo liceal (anos 4º, 5º e 6º)*/Rodrigo Fernandes Fontinha. Porto: Editorial Domingos Barreira, [19...].
33. *Livro de leitura para a 4ª classe: ensino primário*. Porto: Editora Educação Nacional, [19...].
34. *Compêndio de História de Portugal. Aprovado oficialmente como texto único para o 6º ano dos Liceus*/António G. Matoso. 12ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1948.



Escola do Torne **(Fundos do Arquivo Histórico da Igreja Católica Apostólica Evangélica)**

Diogo Cassels nasce a 3 de Novembro de 1844 no Porto. O seu nome era James mas adopta o de Diogo para toda a actividade relacionada com Portugal. Colabora com o pai durante anos numa fábrica em Vila Nova de Gaia e depois

dedica-se à actividade comercial, abandonando-a em 1899 para se dedicar exclusivamente à evangelização (que terá começado eventualmente por volta de 1866, através de reuniões com trabalhadores para leitura das *Escripturas*).

Em 1868 inicia as Escolas Dominicais e começa a construir em Abril a Capela do Torne em Vila Nova de Gaia. A esta capela associa-se uma escola destinada ao ensino elementar, mas que posteriormente incluirá também o ensino secundário. Diogo Cassels estabelece entretanto contactos com alguns círculos britânicos do Porto, sendo com eles que inicia as Aulas Bíblicas que progressivamente se alargam às camadas populares da cidade. Fundador do Metodismo em Portugal, por volta de 1880 cria a Igreja Evangélica Lusitana, fundada por dissidências com o reverendo Robert M. Moreton. A Igreja impulsiona as Escolas da Igreja Metodista do Mirante (Porto), a Escola do Torne (Vila Nova de Gaia), a Igreja do Redentor (Porto) e os templos de S. João Evangelista e do Salvador do Mundo (Vila Nova de Gaia), todos com as respectivas escolas. Em 1885, Diogo Cassels ingressa na Escola Normal do Porto, obtendo o diploma de professor de instrução secundária em 1891.

Enquanto professor, Diogo Cassels visa imprimir na Escola do Torne inovações pedagógicas, que se reflectem essencialmente nas propostas e práticas educativas apostadas nas relações afectuosas entre professores e alunos, na ausência de castigos corporais e na introdução de disciplinas descuradas no ensino oficial, como por exemplo a ginástica. Além das Escolas Dominicais, funda o jornal *Amigo da Infância*, que constitui um meio fundamental de animação pedagógica e também é considerado à época como um óptimo instrumento didáctico. Deste modo a Igreja/Escola do Torne, além dos serviços religiosos e da escola dominical, desenvolve actividades diversas. Desde a promoção de actividades assistenciais às que se enquadram nos domínios da cultura, passando obviamente pelo ensino primário e secundário, por uma creche e por uma "aula nocturna".

35. Diploma de Instrução Primária da Escola do Torne.
36. Postal da "Cantina Beneficente do Torne".
37. Caderno de Matrículas da Escola do Torne, 1882-1904.
38. Registo de Frequência e Aproveitamento, 1891-1895.
39. *Amigo da Infância, Ilustração mensal dedicada às crianças* (Nº 1, 1895).
40. Registo de Benfeitores da Escola do Torne, 1899-1929/1930-1944.
41. *Igreja Lusitana, Católica, Apostólica e Evangélica, Vila Nova de Gaia* (Nº 169, 1 de Janeiro de 1908; Nº 280, 15 de Dezembro de 1910).
42. Carta Autógrafo de Diogo Cassels ao irmão André Cassels, datada de 31 de Maio de 1912.



Sociedade Martins Sarmiento

Um pouco por todo o país, a segunda metade do século XIX assiste à criação de associações culturais. Os seus fundadores e sócios pertencem, na maior parte dos casos, às chamadas *elites* locais, que deste modo procuram não só estabelecer formas localizadas de sociabilidade cultural, mas também responder a necessidades diversas no quadro ideológico da crença no poder da educação e da cultura como factores de progresso social. Se muitas destas agremiações têm vida curta ou se limitam a ser antes de tudo locais de leitura da imprensa e de promoção de actos tidos por essencialmente mundanos, outras acabam por desempenhar um papel destacado na promoção de iniciativas de ordem cultural e, por vezes, educacional. No que se reporta ao domínio educativo, essas associações empenham-se em acções de combate ao analfabetismo, num contexto cultural oitocentista muito marcado pelo aprofundamento da consciência crítica dos ditos “atrasos do país” neste domínio. Para além disso, algumas dessas associações desenvolvem também cursos de ensino profissional para operários, artesãos e empregados comerciais e administrativos. Um dos exemplos significativos deste tipo de iniciativas é precisamente a Sociedade Martins Sarmiento de Guimarães.

A cidade de Guimarães é, na 2ª metade do século XIX, uma das urbes portuguesas com maiores índices de crescimento económico e demográfico, que correm a par com um importante dinamismo cultural. Nas últimas décadas do século XIX, vivem e confraternizam na cidade intelectuais de prestígio reconhecido, alguns dos quais gozam de renome internacional — entre outros, nomes como os de Alberto Sampaio, José Joaquim de Meira, Avelino da Silva Guimarães, Adolfo Salazar, Mota Prego e Gaspar da Costa Roriz. Francisco Martins Sarmiento é, de certo modo, uma das figuras tutelares deste grupo de homens. Como forma de o homenagear ainda em vida (morre em 1899) é criada a Sociedade Martins Sarmiento em 1881. Entre os sócios fundadores e os primeiros aderentes da novel associação predominam negociantes, proprietários, advogados, médicos, diversos quadros superiores da administração pública local e vários oficiais do exército. Verifica-se assim a forte adesão de várias camadas ligadas aos sectores burgueses da região.

Até finais do século XIX a Sociedade desenvolve diversas actividades culturais e educativas que se podem incluir nas ideias e práticas então associadas à *instrução popular*. É portanto neste âmbito que se promove a criação de um curso profissional de tipografia, de cursos nocturnos (“desenho industrial com aplicação às artes”, francês e ensino primário) frequentados por empregados comerciais e administrativos, artesãos e operários, bem como dos cursos diurnos destinados exclusivamente a mulheres (desenho e labores). Como forma de promover a alfabetização de crianças e adultos, a Sociedade organiza, em colaboração com a Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus, três missões escolares (numa delas é leccionado um curso destinado a professores

sobre a aplicação do método João de Deus). A Sociedade desenvolve também muitos outros tipos de acções em apoio “a uma instrução primária universal”. Como forma de garantir o que se considera ser “um ensino de qualidade no contexto vimaranense” e de suprir a falta da escola pública do ensino liceal, a Sociedade cria em 1882 um Instituto Escolar interno, onde se leccionam o ensino primário e diversas cadeiras do ensino liceal. A frequência desta escola, que acaba por encerrar em 1886, é gratuita para os filhos de indivíduos que se considera terem poucos rendimentos. Por último, assinala-se ainda a fundação dos cursos de música e de “ensino militar infantil”.

Acresce a esta actividade educativa, todo um conjunto de iniciativas de ordem cultural. Aqui sobressai a Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento (de cujo espólio se expõem os manuais escolares abaixo assinalados), constituída a partir de fundos da Biblioteca Municipal, da compra de preciosas bibliotecas pessoais e de ofertas de muitos sócios (mais de 10.000 volumes antes do fim de oitocentos). Além disso, considera-se também a criação do Museu, rico em materiais arqueológicos e de ourivesaria, bem como a edição da *Revista de Guimarães*, que é hoje em dia uma das mais antigas revistas culturais publicadas em Portugal. Tendo passado por períodos de escassa actividade e relativo apagamento ao longo do nosso século, muito particularmente durante o salazarismo, a Sociedade Martins Sarmento tem procurado ao longo das últimas décadas retomar o dinamismo que a caracteriza nos primeiros anos de existência, assumindo-se como instituição promotora de diversas actividades culturais.

43. *Curso completo de Matemáticas Puras: Cálculo diferencial, integral e das diferenças*/L. B. Francoeur. s.l.: s.n., 1838.
44. *Novo curso prático, analítico, teórico e stntético da Língua inglesa. Reimpresso e consideravelmente aumentado, corrigido e alterado por* José Valério Capela. Braga: Tipografia Lusitana, 1853.
45. *Novo Método da Gramática Latina, reduzido a compêndio. Novíssima edição, mais correcta e aumentada do que as anteriores.* Porto: Tipografia de S.J. Pereira, 1854.
46. *De Institutione Grammatica: Libri duo. Editio Nova, ad scholarum usus accomodata*, Lugduni: Apud Briday, Biblopolam, 1874.
47. *Noções de oratória para uso das escolas*/Delfim Maria de Oliveira Maia. 2ª ed. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1875.
48. *Gramática Francesa para uso das Escolas*/J.E. Von Hafe, A. Epifânio da Silva Dias. 7ª ed. Porto: Livraria Universal, 1875.
49. *Nova gramática Portuguesa compilada de nossos melhores autores e coordenada para uso das escolas.* 12ª ed. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel, 1879.
50. *Méthode pour étudier la langue grecque*/J. .L. Burnouf. Paris: Imprimerie et Librairie classiques, 1888.
51. *Elementos de Botânica*/António Xavier Pereira Coutinho. Paris, Lisboa: Guillard, Aillaud & Cª, 1892.



52. *A Gramática Portuguesa ensinada pelos exemplos*/Ulisses Machado. 2ªed. Lisboa: Tipografia e Litografia de A. E. Brata, 1897.
53. *Selecta Francesa ou Trechos Extraídos dos melhores autores franceses em prosa e verso*/J.- I. Roquette. Paris, Lisboa: Guillard, Aillaud & Cª, 1897.
54. *Exercícios de fraseologia baseados na Selecta de Autores franceses*/José Bénoliel. Paris, Lisboa: Guillard, Aillaud & Cª, 1898.
55. *Noções Elementares de Geografia, Cronologia e Cronografia de Portugal*/Vicente Almeida de Eça. 2ª ed. Lisboa: Tip. da Companhia Nacional Editora, 1898.
56. *Gramática elementar de Língua Portuguesa*/João M. Correia. Porto: Tipografia a vapor de José da Silva Mendonça, 1900.
57. *Compêndio de desenho, disposto em harmonia com os programas oficiais de 14 de Setembro de 1895*/António Luís de Teixeira Machado, José Miguel de Abreu. 3ª ed. Porto: Depósito Geral Livraria Portuense, 1902.
58. *Elementos de Química mineral e orgânica*/Aquilés Machado. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1903.



Os Liceus

Os liceus são criados em Portugal por decreto de Passos Manuel em 17 de Novembro de 1836. Nos primeiros anos após o diploma, o número de liceus fundados é todavia reduzido, devido às dificuldades na instalação dos estabelecimentos (feita quase sempre em antigos conventos, seminários ou imóveis arrendados) e à falta de professores contratados. Durante todo o século XIX a frequência dos liceus limita-se a uns escassos milhares de alunos. O ensino liceal é assumido como caracteristicamente elitista, frequentado na maior parte dos casos pelos filhos dos grupos sociais burgueses. Destina-se, em princípio, a proporcionar a formação de transição entre o ensino primário e o ensino superior, a produzir quadros administrativos intermédios e a formar, em complementaridade com os seminários, os padres. Assim, mesmo com a criação de escolas fora das sedes de distrito, prevista pela reforma de 1880, não aumenta significativamente o número de alunos, que só ultrapassa a dezena de milhar no início da década de 1920. Face a tal situação, o número de professores, apesar de crescer lenta e gradualmente, atinge apenas umas escassas centenas por aquela altura. Ao longo da 1ª República a rede liceal vai-se alargando lentamente a diversas cidades, até certo ponto no quadro de algumas perspectivas republicanas de prolongamento da escolaridade e de criação da escola única.

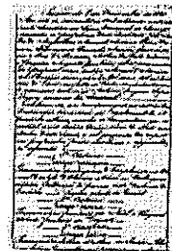
Durante o Estado Novo (período a que respeita a maior parte dos materiais expostos), o ensino liceal é objecto de profunda discussão e sofre grandes transformações. O "modelo liceal" montado a partir dos anos trinta confere uma identidade própria a estes estabelecimentos de ensino. Em traços muito gerais ela pode definir-se: pela autonomia dos objectivos de formação relativamente ao

ensino superior; pelo carácter não profissional do ensino ministrado; pela restrição da oferta educativa a determinados grupos sociais; pela adopção do "regime de classe" (d. 1947); pela construção de uma imagem pública de prestígio cultural e de qualidade educativa; e pela criação de uma cultura organizacional própria, centrada na figura do reitor. No quadro deste modelo, o número de liceus passa de 37 em 1930 para 43 em 1960. Ao mesmo tempo, cada um destes estabelecimentos vê aumentado o número médio de alunos de 400 para mais de mil, entre as datas referidas. A partir do início da década de 1960, o aumento da procura social de educação liceal — ainda mais nítido no caso do sexo feminino —, bem como as dissenções relativas à profissionalização do corpo docente dos liceus revelam-se inadequados ao modelo existente. No fundo, é a própria estrutura do sistema educativo montada pelo Estado Novo que se torna inviável a todos os títulos. As iniciativas reformadoras de meados dos anos sessenta constituem o início de um processo de unificação dos ensinos técnico e liceal no ensino secundário. As propostas de reorganização e a *Reforma Veiga Simão* encarregam-se de marcar o fim de um ciclo histórico do sistema educativo português, do qual os liceus fazem parte integrante.

Liceu Nacional de Latino Coelho

O liceu de Lamego é criado por decreto de 1880, publicado no *Diário do Governo* de 3 de Novembro. Em 1886, a Câmara Municipal adquire o palacete da família Pinheiro de Aragão, onde ficam instaladas as aulas do 1º e 2º ciclos durante aproximadamente cinquenta anos. Toma o nome de Liceu de Latino Coelho aquando do decreto que atribui designações patronímicas aos vários estabelecimentos de ensino liceal, publicado no *Diário de Governo* de 13 de Janeiro de 1919, pelo Ministro da Instrução Pública José Alfredo Mendes de Magalhães. Em finais de Dezembro de 1936, é inaugurado o novo edifício cujo projecto arquitectónico é elaborado por Cottinelli Telmo. A agora designada Escola Secundária de Almacave, conserva portanto a estrutura arquitectónica do edifício magestoso, herança dos esforços tendentes à representação física e simbólica da própria dignidade dos liceus.

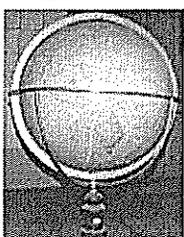
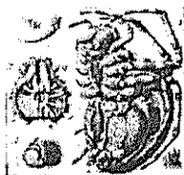
59. Livro de actas das sessões do Conselho Escolar (Série: Actas). 1880/1909.
60. Livro de actas das sessões do Conselho Pedagógico e Disciplinar (Série: Actas). 1936/1955
61. Centro Escolar nº1 Ala nº3 Lamego. Registo do assunto de instrução das actividades (Série: Mocidade Portuguesa). 1952/57.
62. Inventário de 1880/81 (Série: Inventário).
63. Regulamento Interno de 1948 (Série: Funcionamento Interno).



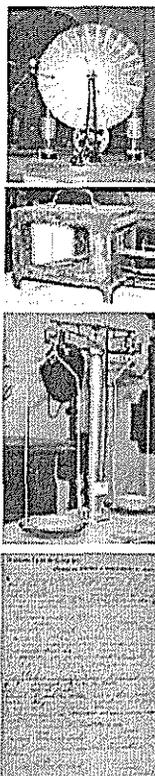
Liceu Nacional de Martins Sarmiento

Em 1896, na sequência da Reforma da Instrução Secundária de Jaime Moniz, começa a funcionar em Guimarães o Seminário Liceu. De um modo original face ao contexto nacional, este estabelecimento de ensino põe em funcionamento simultâneo um “curso eclesiástico” e um “curso civil”, muito embora o primeiro curso funcionasse já desde 1891, no âmbito da chamada Pequena Colegiada de Guimarães. Com o advento da República o “curso eclesiástico” é extinto em 1911. No ano seguinte, esta escola vimaranense passa a denominar-se Liceu de Martins Sarmiento, como forma de prestar homenagem ao arqueólogo (cf. texto anterior sobre a Sociedade homónima). O liceu muda de instalações várias vezes ao longo da sua história. Em 1961 transfere-se definitivamente para um edifício propositadamente construído para o efeito, local onde actualmente se encontra com a designação de Escola Secundária Martins Sarmiento.

64. Mapa de Portugal, Ilhas e Colónias (Série: Mapas)
65. Carta corográfica de Portugal (Série: Mapas).
66. Portugal não é um país pequeno (Série: Mapas)
67. Mapa da Europa (em alemão) (Série: Mapas)
68. Mapa da expansão colonial no século XIX (em alemão) (Série: Mapas)
69. Povos do mundo (em alemão) (Série: Mapas)
70. Movimento anual da Terra (Série: Mapas)
71. A quinta (Série: Mapas)
72. The Great Britain (Série: Mapas)
73. A aranha (Série: Mapas)
74. A estrela do mar (Série: Mapas)
75. O girassol (Série: Mapas)
76. A malária (Série: Mapas)
77. Globo terrestre (Série: Mapas)
78. Esfera armilar (Série: Mapas)
79. Espectroscópio (Série: Material do laboratório de Ciências da Natureza)
80. Carrilhão eléctrico (Série: Material do laboratório de Ciências da Natureza)
81. Sismógrafo (Série: Material do laboratório de Ciências da Natureza)
82. Balança (Série: Material do laboratório de Ciências da Natureza)
83. Esfera metálica com haste e orifício (Série: Material do laboratório de Ciências da Natureza)



84. Suporte com haste isoladora (Série: Material do laboratório de Ciências da Natureza)
85. Máquina de indução (Série: Material do laboratório de Ciências da Natureza)
86. Galvanómetro (Série: Material do laboratório de Ciências da Natureza)
87. Livro de termos de matrículas do Curso Civil (1896-1903) (Série: Termos)
88. Livro de termos de matrículas do Curso Eclesiástico (1891-1910) (Série: Termos)
89. Livro de termos de exames de admissão ao liceu (1920-1923) (Série: Termos)
90. Livro de termos de exames do curso geral (1915-1917) (Série: Termos)
91. Livro de frequência e notas da primeira classe (1909-1910) (Série: Termos)
92. Livro de actas do Conselho Escolar (1896-1904) (Série: Actas)
93. Livro de actas do Conselho Pedagógico e Disciplinar (1936-1942) (Série: Actas)
94. Livro de cadastro dos professores e mais pessoal (1896-1917). (Série: Cadastro).



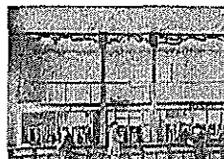
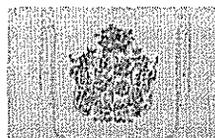
Escola Prática Comercial Raul Dória (Arquivo Distrital do Porto)

Em 1900, ainda como aluno do Instituto, Raul Dória inicia de certo modo a actividade docente dando explicações de comércio e caligrafia no seu quarto da Rua Santa Catarina (Porto). Dois anos depois, a 30 de Novembro, é inaugurada a Escola Prática Comercial Raul Dória, numa casa da Rua do Bonjardim. Escola vocacionada para o ensino técnico comercial, vê publicado o primeiro programa impresso em 1903. Em 1904 a escola é transferida para edifício da Rua Fernandes Tomás, onde ficam instalados os primeiros alunos internos. O crescimento da Escola obriga a nova mudança para o Palacete das Lousas em 1907, na Rua Gonçalo Cristovão. Embora oficializada como "Escola de programas e planos próprios", pelo Alvará nº 806 do Ministério da Educação Nacional, a Escola Raul Dória não consegue obter no entanto aprovação oficial dos seus diplomas, nem equiparação a escola secundária. Entretanto, durante o ano de 1908 inicia uma significativa actividade editorial. Surgem então iniciativas como o *Dicionário Prático Comercial*, *Breves Noções de Escriturações e Contabilidade Comercial*, a

revista *O Guarda-Livros*, entre muitas outras publicações. No ano lectivo 1909/10 publica-se o primeiro *Anuário da Escola Raul Dória*, com uma tiragem de 3.000 exemplares impressos na tipografia deste estabelecimento de ensino. Em 1912 é feita nova tentativa de oficialização da Escola, após o fracasso da de 1908, através da proposta de projecto de lei que dá entrada na Assembleia de Deputados. Nesse mesmo ano, José Campos Vaz assume a função de adjunto do Director. Ainda em 1912 a Escola abre uma secção feminina, na Praça da Trindade, embora funcionasse já desde o ano lectivo de 1906/7 o curso de economia doméstica “para senhoras”. Na década de trinta, as alunas passam a ter acesso à generalidade dos cursos da Escola. No ano lectivo 1914/15 inaugura-se o cinema escolar e os manuais utilizados começam a ser editados pela própria Escola. Data deste período a realização de um filme sobre a Escola. Em 1915 é criada a Caixa Escolar Raul Dória e publica-se o jornal *Alma Nova* (dos alunos externos). Em 1916 publica-se a *Revista de Contabilidade*. Em 1917 reacende-se a luta pela oficialização da Escola, facto que está na origem da chamada “Questão Dória”. Em 1919 é criada a Sociedade por quotas Raul Dória, Lda. Em 1922, por morte do fundador, José Campos Vaz assume a direcção da Escola, cargo que ocupa até 1964. A Escola Raul Dória fecha as suas portas no final do ano lectivo de 1963/64, pondo fim a 62 anos de actividade.

Considerada a primeira Escola do género na Península Ibérica, coloca a tónica pedagógica no ensino prático para o qual possui excelentes instalações e material didáctico. Baseando-se em métodos inovadores de instituições europeias e americanas congéneres, a Escola Raul Dória figura no quadro das instituições portuguesas associadas ao Movimento da Educação Nova. Entre os cursos leccionados destacam-se os de empregado de escritório, de guarda-livros e de caixeiro viajante, bem como cursos nocturnos, de férias e por correspondência. Recebe alunos externos e internos, entre os quais encontramos um número significativo de pessoas oriundas do Brasil e de África.

95. Estampilhas para pagamento de um valor à fazenda, usadas para simular a actividade comercial. [1902]
96. Desenho aguarelado para o uniforme dos alunos. [1905]
97. Estampilhas de correio usadas para simulação de transações no âmbito das aulas práticas das diferentes disciplinas. [1907] - [1937]
98. Papel moeda usado para simular transações no âmbito das aulas práticas das diferentes disciplinas. [1907] - [1937]
99. Diplomas atribuídos à Escola por diversas entidades em reconhecimento dos méritos da instituição. [1908] - [1912]
100. Imagens documentando aspectos da vida escolar e fornecendo indicações relativas ao edifício. [1909] - [1947]
101. Manuais da autoria dos próprios professores da Escola, e impressos na sua tipografia. [1910] - [1929]



102. Etiquetas diversas, impressas na tipografia da Escola, para colar nos cadernos de exercícios práticos. [1912] - [1964]
103. Certificados (vg. Diplomas) de habilitações de alunos passados pela Escola. [1920] - [1964]



Arquitectura, Construções e Mobiliário Escolar (Fundos do Arquivo da Câmara Municipal de Gaia)

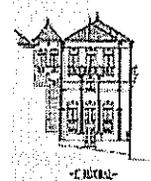
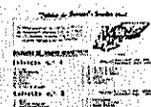
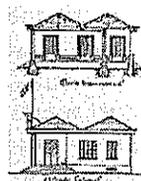
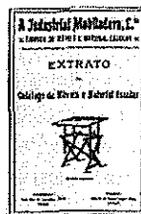
A escola também se define por ser um espaço educativo fechado e específico. Na generalidade das regiões onde nos encontramos, desde os locais mais recônditos às metrópoles urbanas, facilmente identificamos determinados espaços físicos e arquitectónicos com a escola. Do quadro e das carteiras dispostos em confronto, às janelas arejadas que deixam penetrar a luz pelo lado esquerdo. Do estrado elevado, que permite e facilita o olhar vigilante do professor, às decorações murais das salas de aula e ao aspecto dos pátios de recreio. Da localização geográfica do edifício escolar até aos cheiros característicos do interior das escolas. Contudo, o que hoje nos parece banal e natural resulta antes de uma história complexa, onde confluem acções de poderes públicos, de iniciativas locais e de “beneméritos da instrução”; onde intervêm professores, arquitectos, médicos e decisores políticos da educação. Na verdade, o tal espaço reconhecível e inimitável dos nossos dias foi em tempos a casa aldeã onde também habitava o professor de primeiras letras ou o convento que o Estado previamente expropriara a uma qualquer ordem religiosa. A expansão das redes escolares e as políticas educativas, as denúncias públicas contra a existência de “espaços impróprios para a educação de meninos e jovens”, bem como a construção de um saber pedagógico sobre a arquitectura escolar, acabam por gerar modelos regulamentadores das construções escolares.

As plantas e os mapas escolares aqui expostos dão precisamente nota particular e parcelar desta história ainda por investigar e por escrever. A recolha e análise sistemáticas destes materiais encontra-se todavia no centro de problemáticas nucleares à construção da história dos espaços e das culturas escolares.

104. Livraria Escolar Progredior: Pereira, Mota & Patrício: circular [Preçário de material escolar folheto de distribuição].
105. Extrato do catálogo geral de mobiliário e material escolar da Livraria Simões Lopes de Domingos Barreira. Porto, [19...].
106. Ensino primário: legislação, programas, regulamentos. V.1. Lisboa, 1900. Exposição Universal de 1900: secção portuguesa (Instrução Pública em Portugal).



107. Ensino primário: escolas oficiais, escolas particulares, estatística V.2. Lisboa, 1900. Exposição Universal de 1900: secção portuguesa (Instrução Pública em Portugal).
108. Extrato do catálogo de móveis e material escolar A Indústria Mobiladora, Lda. Porto: Enciclopédia Portuguesa, Lda, 1927.
109. Albino de Matos, P. & Barros (Limitada): Fábrica de móveis e material escolar, Freamunde (Douro): Extrato do catálogo de móveis e material escolar. 3ª ed. Porto: Tip. Cantral, imp. 1929.
110. Projecto de construção da Escola Pinto Mourão, 1930. Concelho de Vila Nova de Gaia; Freguesia: Mafamude; Lugar: Laborim de Baixo.
111. Ensino primário oficial: catálogo de livros escolares adoptados para o ano escolar de 1931-1932. Porto: Livraria Simões Lopes de Domingos Barreira, 1931.
112. [Catálogo de mobiliário e material escolar] Fábrica de Paredes: Fábrica de mobiliário e material escolar. Paredes, 1931.
113. Tabela de preços de material escolar de *A Indústria Mobiladora*. Porto, 1932
114. Autorização de pagamento de subsídio, concedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia à Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, para auxílio de construção de uma escola, 1934
115. Autorização de pagamento de subsídio, concedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, para a renda de casa dos professores primários em exercício na área do concelho, 1934
116. Projecto de construção da Escola de Arcozelo, 1935 Concelho de Vila Nova de Gaia; Freguesia: Arcozelo; Lugar: Sá
117. Projecto de adaptação de Escolas Primárias, 1936. Concelho de Vila Nova de Gaia; Freguesia: Vilar de Andorinho; Lugar: Matas
118. Projecto de ampliação de Seminário (actualmente designado por Colégio de Gaia), 1937. Concelho de Vila Nova de Gaia; Freguesia: Mafamude Rua Pádua Correia
119. Cadastro dos bens do domínio privado das Escolas Primárias de Vila Nova de Gaia, 1946-1956
120. Plano de construção de Edifícios e Cantinas Escolares, 1958-1959. Concelho de Vila Nova de Gaia; Freguesia: Avintes, Afurada, Canidelo, Grijó, Mafamude, Olival, Oliveira do Douro, Pedroso, Sandim, Valadares e Vilar do Paraíso
121. Projecto de construção do Liceu Nacional de Vila Nova de Gaia, 1965. Freguesia: Mafamude Rua de Angola.
122. Ante-plano de urbanização da zona envolvente da Escola do Ciclo Preparatório, 1970. Concelho de Vila Nova de Gaia; Freguesia: Santa Marinha; Lugar: Barrosa.



Georges Duby afirma que “*A História é uma memória* [...] O presente jamais repete o que aconteceu antes. Tudo muda. Tudo. Só que se está mais alertado para o desenrolar dos acontecimentos, sobretudo melhor elucidado acerca dessas correntes de longa duração, que são muito mais importantes do que os acontecimentos que vêm crepitar à superfície, e esse conhecimento é, claro está, instrutivo, útil, como que uma espécie de experiência de vida, muito simplesmente, que constitui um dos elementos de uma certa sabedoria” [*Paixões Comuns*, Porto, Edições ASA, 1993, p.137, sublinhado nosso]. O conjunto de *memórias* aqui registado e exposto constitui apenas uma entre tantas outras possibilidades de reviver algo central à generalidade dos trajectos de vida pessoais e colectivos contemporâneos a Escola. É certo que esta instituição, que nos apaixona ao ponto de lhe tecermos os mais enternecidos elogios ou as mais violentas críticas, não afecta de igual modo todas as pessoas e todos os grupos sociais. Não obstante, a Escola permanece uma realidade viva e vivida nos medos e pavores do primeiro dia de aulas, nas alegrias de descobertas inusitadas e, enfim, nas vivências mais discrepantes das experiências de socialização. Diga-se a finalizar que a entrada da Escola nas nossas vidas não foi nem é fácil. Por isso o nosso distanciamento não pode ser tão ligeiro que a reneguemos. Para muitos de nós, o confronto com os objectos que nos acompanharam durante anos e as representações dos locais que povoámos lançam desafios ao imaginário e despoletam paixões adormecidas. É talvez por isso um exercício simultaneamente enternecido e conflituoso de memórias individuais e colectivas que se reflectem no presente. É outrossim um exercício necessário ao historiador, precisamente *porque a história também é memória e porque a memória também é histórica.*



Notas

1. Pela cedência dos materiais expostos e demais colaboração prestada, os organizadores da exposição manifestam agradecimento público às seguintes instituições: Arquivo Distrital de Braga; Arquivo Distrital do Porto; Arquivo Histórico da Igreja Católica Apostólica Evangélica (Comunhão Anglicana); Biblioteca Pública Municipal de Vila

Nova de Gaia; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia Departamento Administrativo e Financeiro Arquivo Geral; Escola Secundária de Almacave (Lamego); Escola Secundária de Martins Sarmiento (Guimarães); Escola Secundária Sá de Miranda (Braga); e Sociedade Martins Sarmiento

2. Apoio à redacção dos textos, organização da exposição, pesquisa e montagem: José António Afonso, Lucinda Monteiro e Rodrigo Azevedo, com a colaboração de Filipa Amorim e Júlia Manuela Rodrigues.